

## **Folha de S. Paulo**

**3/1/1985**

### **Queima de Cana**

José Gomes da Silva

Como sempre acontece com toda monocultura extensiva, os grandes espaços contínuos ocupados por uma só espécie acabam gerando um tipo de economia extremamente vulnerável, não apenas com relação a problemas fitossanitários, mas também com respeito à total dependência de uma única atividade produtiva. Esta lição histórica pode ser aproveitada da "operação amendoim" e na aventura da Fordlândia, onde tanto ingleses, com vasta tradição colonial, como os americanos, campeões da tecnologia, acabaram machucando-se ao se lançarem em plantations tropicais, confiando em economias de escala e outras teorias inerentes à indústria e aos serviços. Um exemplo mais recente é o do projeto Jari, onde a intervenção sempre generosa do Banco do Brasil ainda não permitiu avaliar como terminou sonho idêntico acalentado pelo milionário Ludwig. Para não irmos mais longe, a própria cana-de-açúcar registra, no episódio do mosaico, um exemplo do risco da monocultura extensiva, quando vista sob o prisma de pragas e moléstias.

Não param aí, contudo, os inconvenientes do "mar de cana" em que o Estado de São Paulo está se transformando. A Folha, nas últimas semanas, tem registrado alguns outros inconvenientes dessa expansão desordenada, seja no furo das estatísticas de produção, seja na aplicação da chamada contribuição de assistência social, específica para os trabalhadores do sub-setor, tanto do campo como da fábrica. A descoberta de uma destilaria clandestina na desenvolvida região de Ribeirão Preto constitui uma outra enormidade desse vasto "iceberg" que precisa ser devidamente mapeado.

Enquanto não vem um novo governo que se disponha a recuperar o sonho de Barbosa Lima Sobrinho, de dar alguma ordenação social a uma atividade que tem muito de concessão de serviço público, instituições independentes como este jornal vão pinçando aqui e acolá os seus problemas mais gritantes. Foi o que aconteceu há pouco quando a Cetesb e a Prefeitura Municipal de Campinas se uniram para acolher os reclamos das donas-de-casa de boa parte do Interior do Estado, para discutir a questão da poluição ocasionada pela queima de palha de cana. O simpósio, que reuniu prefeitos, técnicos, usineiros e fornecedores de cana, trabalhadores rurais, entidades ambientalistas, cientistas e outros interessados, debateu, pela primeira vez desde que Martin Afonso de Souza aqui chegou com as primeiras mudas de cana-de-açúcar, os danos causados ao conforto doméstico, pela necessidade que a queima representa para aumentar o rendimento da operação de corte manual realizada pelo trabalhador. Entre a roupa do varal da operária da periferia e a piscina da madame, espremeram de novo o "bóia-fria". O fogaréu diário no um milhão e meio de hectares que o Estado de São Paulo queima todos os anos é uma maneira de ajudar o trabalhador volante a aumentar a renda da sua empreitada. A discussão desta faceta secundária, advertem os sociólogos, ajuda a esquecer o problema imenso da invasão capitalista no campo, da subordinação do trabalho como fator aleatório de produção, da concentração da renda e da terra dos emirados (inclusive com camelos como pitorescamente foi lembrado por ocasião da revolta de Guariba), e do triste campeonato que São Paulo já ganhou de ter no "bóia-fria" a maior categoria de trabalhadores de sua agricultura, tida como desenvolvida.

De qualquer forma, a prefeitura de Campinas, interpretando os interesses das populações urbanas afetadas, e a Cetesb reunindo subsídios para uma ação futura, acabaram colocando mais um elo na imensa cadeia de problemas, interesses e contradições que conformam o nosso "mar de cana", engrossado ultimamente pelo Proálcool.

Como horizonte à vista, aparecem alguns números otimistas e alguns exemplos alvissareiros. Um industrial do setor afirma que o valor da energia perdida com a queima da palha e da ponta de cana podem significar cerca de 30% do custo da colheita, enquanto os técnicos mostram que essa operação custaria apenas 23% a mais se fosse feita sem a ajuda do fogo. É claro que uma série de estudos e adaptações precisam ser feitas no campo e na fábrica, mas esse diferencial, se confirmado, representa uma cifra extremamente promissora.

Alguns exemplos de canavicultura civilizada foram trazidos também à discussão. No Havaí — com todas as suas debilidades como exemplo — a cana somente é queimada depois da verificação do eventual prejuízo à brancura dos uniformes da Marinha; e a grande quantidade de impurezas que é trazida para dentro da usina, devido ao sistema de corte mecânico com o "push-rack" não impede os elevados rendimentos industriais obtidos nas usinas do arquipélago.

A Austrália mostra uma solução totalmente diversa e aqui a cana é cultivada em propriedades familiares (sem permanente mão-de-obra assalariada). A cana é também queimada, mas é toda cortada com máquina, sem arrastar terra e impurezas, como no Havaí. Com isso, foi eliminada a importação de colhedores indígenas das ilhas vizinhas e as comunidades canavieiras da Austrália em nada diferem hoje das cidades agrícolas do Meio Oeste dos Estados Unidos ou das aldeias da Europa.

Se porém a colhedeira resolveu o problema no Havaí e na Austrália, no Brasil a coisa é diferente com a crescente dificuldade de que os setores não rurais estão mostrando para acolher as populações que migram do campo. Cortar cana sem queimar seria uma maneira de aumentar o número de postos de trabalho na agricultura e melhorar o meio-ambiente de numerosas cidades cercadas por canaviais. Espera-se portanto que isso seja feito, como no caso do recente conflito do corte pelo sistema de sete ruas, sem o sacrifício do trabalhador rural; e que tampouco apareça algum iluminado que pretenda, como o poeta Swift, transformar em salsicha a massa eventualmente desempregada.

***(Primeiro Caderno — Página 8)***